



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 160-165, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

PROJETO DE COLONIZAÇÃO QUIXADÁ - BRASILÉIA/ ACRE: UM BREVE RELATO (Relato de experiência)

Floripes Silva Rebouças^{1,2*} e Lucilene Ferreira de Almeida^{1,2}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. * floripesr@bol.com.br

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.165-171. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Colonização Quixadá foi criado em 1981 pelo INCRA, dentro do programa de colonização oficial. Os Projetos de Colonização— PCs, visavam assentar não só a população local rural mas também migrantes sem terras, expropriados do campo de outros estados do país. O PC Quixadá está localizado nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil, com 952 famílias assentadas, numa área de 76.447 ha.

Com mais de vinte anos de existência, o PC Quixadá está em fase de consolidação, isto é, na fase em que o INCRA está encerrando seus trabalhos para entrega do projeto à prefeitura. Segundo o técnico Elson Chaves Vieira, atualmente as ações do INCRA têm sido mais restritas à emissão dos títulos das terras aos proprietários, que faz-se necessário para a consolidação do projeto, além de alguns trabalhos em conjunto com a prefeitura de Brasiléia, como a abertura de ramais. As demais ações de apoio e acompanhamento aos produtores do projeto já foram passadas para a prefeitura.

Este trabalho de campo fez parte das atividades realizadas pelo grupo de pesquisa da Atividade 6 — Relações Campo-Floresta-Cidade: a produção social do espaço, urbanidade, ruralidade e desenvolvimento sustentável na Amazônia Acreana, do Programa de

Desenvolvimento Sustentável — PROREDES, parceria da Universidade Federal do Acre — UFAC, com a Fundação Ford. Foi realizado no PC Quixadá do dia 14 a 26 de março de 2003.

2. ALGUMAS IMPRESSÕES: A BR-317 E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Ao serem criados, os projetos de colonização tinha como objetivo assentar trabalhadores rurais que se encontravam expropriados pela conjuntura social daquele momento. Nesse contexto, tanto foram assentados trabalhadores rurais locais como trabalhadores rurais de outros estados que se encontravam nessa situação, sendo que a grande maioria dos assentados nesses projetos, aqui incluído o PC Quixadá foram pessoas provenientes de outros estados tais como: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.

Essa não foi uma migração "espontânea" e sim uma migração financiada pelo capital estatal, que tinha como principal objetivo expandir o processo de ocupação do Estado.

Segundo alguns moradores daquela época, que ainda encontram-se no local, muitas foram as surpresas desde o início da viagem até a chegada ao projeto. Na lembrança dessas pessoas estão as dificuldades que encontraram para chegar até o Projeto, a viagem que muitas vezes demorava dias, devido às péssimas condições da estrada e o transporte, quase sempre de ônibus ou caminhão. Mas, valia à pena, pois o local de destino oferecia a terra, que no seu imaginário iria lhe propiciar melhores condições de vida.

No entanto, muitos ficaram desanimados ao verem a situação do projeto, grandes áreas desmatadas, sem qualquer tipo de infra-estrutura e de ajuda para poderem dar início aos trabalhos.

Essa situação de abandono e descaso desanimou muitos recém chegados, que depois de alguns anos de trabalho venderam suas terras e deslocaram-se para cidades próximas como Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri. Durante esse processo de saída de parceiros, dá-se o início de outro processo - a reconcentração de terras — e, conseqüentemente, a formação de grandes fazendas, processo este mais intensificado com o asfaltamento da BR-317. Um exemplo é o ramal 19, que é formado basicamente por uma fazenda, pertencente ao Sr. Holanda Sabatoque.

Com o asfalto da BR-317 e alguns benefícios como energia elétrica e abertura de alguns ramais, as terras do projeto foram sendo valorizadas e hoje são terras bem procuradas para compra, principalmente as mais próximas da rodovia. Segundo algumas informações de moradores, antes do asfaltamento, um lote era vendido por vinte e cinco mil reais, hoje, graças

aos ramais (mesmo que muitos sejam intrafegáveis no período chuvoso) e energia elétrica, uma colônia é vendida por cerca de quarenta e cinco mil reais. Essa valorização de terras fez com que alguns parceiros endividados, principalmente com os bancos, vendam suas propriedades, migrando para Projetos de Assentamento, como o Pão-de-Açúcar e Três Meninas, que são limitrofes com PC Quixada, onde os lotes ainda têm preços baixos. Migram também para a cidade de Brasília e para os municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil.

3. OS MORADORES

Durante nosso trabalho, conversamos com lideranças do INCRA, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, com a CAPEB —Cooperativa Agroextrativista dos Produtores de Epitaciolândia e Brasília — e com a prefeitura e outras lideranças da cidade, com o objetivo de conhecermos melhor o projeto. Tivemos, nesses dias de campo, contato com homens, mulheres e crianças do projeto em nossas andanças pelos ramais, muitos deles intrafegáveis. Tínhamos a intenção de observarmos, através de nosso contato com aquela comunidade, o seu cotidiano, os conflitos pela terra e pela vida, o que e como produzem a sua subsistência, a relação com outros lugares (Brasília, Assis Brasil e Rio Branco), os impactos quer sociais como ambientais surgidos a partir do asfaltamento da BR-317, além de outras observações que surgiram ao longo de nosso trabalho.

Nas conversas que tivemos com algumas das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, foi possível ter contato, através da fala de alguns associados, das suas lutas e o trabalho desenvolvido por estes desde a criação do Projeto. Na lembrança destes estão as lutas pela preservação da floresta e os constantes conflitos gerados a partir da chegada dos chamados "sulistas" no Projeto. Na visão dos moradores do local, a maioria seringueiros, os "sulistas" estavam "roubando" seus espaços, e com isso tirando o único meio de sustento do seringueiro—a floresta —, uma vez que os novos moradores do local vinham com a intenção de fazer derrubadas para dar início à criação de gado no local.

4. A AGROVILA

No PC Quixadá, assim como nos demais Projetos de Colonização do Estado, foi planejado uma agrovila, espécie de núcleo urbano dentro do projeto rural. A pretensão do INCRA, ao criar as agrovilas dos Projetos de Colonização, era de garantir aos parceiros uma

área urbana para sustentação dos projetos, onde haveria um posto do INCRA, órgão executor dos projetos e onde os serviços como escola e saúde fossem oferecidos, além dos lotes urbanos que eles teriam, mantendo assim um elo entre campo e cidade (vila).

Ao contrário do vivenciado em outros dois PCs, Pedro Peixoto, localizado nos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard e PC Humaitá, no município de Porto Acre, onde suas agrovilas hoje são núcleos urbanos, espaços de atração tanto de parceiros dos respectivos projetos, como de pessoas oriundas de outros municípios do Acre e de outros estados, a agrovila do PC Quixadá encontra-se bem planejada no papel, mas inexistente se considerarmos a presença dos aparatos e a sua função dentro do projeto.

Desde a criação do Quixadá, no espaço reservado à agrovila, o único órgão existente era o posto do INCRA, que neste processo de consolidação passou a área para a prefeitura de Brasiléia. Hoje o antigo posto do órgão transformou-se numa escola e num posto de saúde administrados pela prefeitura de Brasiléia, que atendem os parceiros do projeto. Este espaço, destinado à agrovila, encontra-se no km 26 da BR-317, ponto muito conhecido pela população da região.

Desde que foi criado o PC Quixadá muitas famílias vêm ocupando o espaço destinado à implantação da agrovila, algumas ocuparam residências construídas pelo INCRA para alojar trabalhadores do órgão na fase inicial do projeto, outras construía suas residências na área, que segundo moradores foi assim permitido pelo INCRA.

Percebe-se, devido à falta de um melhor acompanhamento por parte do órgão na ocupação desse espaço, o evidente conflito travado entre prefeitura e moradores, já que esta, munida da planta da agrovila, reivindica os espaços ocupados para finalmente implantar o núcleo urbano no projeto. Em visita à prefeitura, tivemos a oportunidade de observar a planta da agrovila, onde de forma bem delineada encontra-se dividida da seguinte maneira: área verde, área administrativa, área a definir, áreas reservadas para chácaras, lotes urbanos, posto de saúde e escola, sendo que esses dois últimos já existem na localidade, tem levado em conta que esses espaços, constituídos enquanto espaços de vida por essas famílias, que em sua maioria já residem a muito tempo no local, para muitas representam o único, que em caso de expulsão da área ficarão sem referência, visto que no caso de receberem lotes, conforme o planejamento da prefeitura, esses não darão a essas famílias a condição de trabalhar/produzir na terra, já que os lotes terão tamanhos bem menores. O conflito configura-se principalmente na retirada desses moradores de suas respectivas áreas, destruindo, assim, as benfeitorias produzidas em seus espaços.

5. PRODUÇÃO E ENDIVIDAMENTO

A situação vivenciada pelos parceiros do Quixadá não se destingue em muito da situação dos pequenos produtores do restante do estado. Em sua maioria, a produção de lavoura branca, caracterizada por uma agricultura familiar e de subsistência, é o grande suporte para os pequenos produtores. Alguns ainda conseguem vender um pequeno excedente, principalmente os que moram próximo às margens da rodovia.

Encontramos situações de produtores que produzem para a comercialização, em pequena escala. Esses produtores esbarram principalmente nas questões do escoamento e na busca pelo melhor/maior preço dos seus produtos. A produção é comercializada nas feiras, mercados e junto às associações e cooperativas da cidade de Brasília.

Segundo muitos homens e mulheres trabalhadores, a terra encontra-se escassa, sem nutrientes, enfim, não tem mais condições de sustentá-los apenas com a agricultura, e pelo fato de não poderem desmatar mais áreas, já que a maioria já desmatou o concedido por lei, vêem-se sem saída para sustentar suas famílias e sem condições de pagar os empréstimos feitos nos bancos. Mas acreditam que se houvesse uma ajuda do governo para mecanizar a produção, a situação seria outra.

Atualmente, em decorrência desta situação, muitos produtores têm vendido suas propriedades para maiores produtores, principalmente fazendeiros pecuaristas, tendo como consequência a reconcentração da terra e o avanço da pecuária no projeto.

A falta de acompanhamento técnico na produção, no que diz respeito a orientações sobre a potencialidade do solo para determinado produto, sobre práticas agrícolas, entre outros, tem levado muitos trabalhadores a viverem endividados com bancos. Muitos, com pouca ou nenhuma orientação, fazem empréstimos com o objetivo de fazerem melhorias em suas propriedades e principalmente para investirem em um novo produto ou técnica que surge como algo de boa aceitação no mercado. Enfim, buscam formas/meios de aumentarem os rendimentos.

Em conversa com alguns parceiros nessa situação, percebe-se em suas falas que muitos ao receberem o dinheiro do empréstimo não tinham nem mesmo a noção do valor que tinha nas mãos. Em alguns casos, alguns começavam a gastar o dinheiro com outras necessidades e quando iriam investir no que se propunham, o dinheiro havia acabado. Em outras

situações, até havia o investimento na produção, mas o resultado, na maioria das vezes, não era o esperado, como foi o caso do projeto "pimenta longa", muito conhecido naquela região.

Segundo o Sr. Raimundo Alves da Costa, técnico da SEATER-GP, o órgão trabalha com as associações, com assistência técnica, com organizações e crédito rural. Questionado sobre o caso da "pimenta longa", disse que dentro do Quixadá existem três hectares de corte da mesma e que esse projeto da pimenta teve uma grande falha devido a muitos fatores: falta de maior assistência técnica; maiores estudos da produtividade do solo; falta de ramais e transporte adequados; a não concentração de plantio, este, em muitas vezes, ficava longe da usina; plantio e colheitas feitas fora de época; o crédito liberado muito tarde. Nos informou que a pimenta longa tem um grande mercado consumidor e reconhece que a grande falha, que culminou com a dívida de muitos produtores junto aos bancos, é do órgão.

Mesmo existindo algumas associações no projeto, ainda existe, por parte dos parceiros, uma certa resistência na participação, pois dizem que atualmente que as lideranças, tanto das associações como das cooperativas, estão buscando mais os interesses próprios e deixando de lado o verdadeiro sentido dessas organizações. Fazem críticas à CAPEB, que atualmente, tem atuado mais como atravessador, comprando os produtos dos parceiros e revendendo para o mercado. Em conversa com o Sr. Gerônimo Maciel, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Brasília, este ratifica dizendo que atualmente, o papel de atravessador da CAPEB tem prejudicado os produtores, pois ao receber subsídios, como por exemplo, o subsídio da borracha, estes não são repassados para os produtores, que acabam vendendo seus produtos por baixos preços.

6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Esse breve recorte aqui trabalhado, sobre o PC Quixadá ou no PC Quixadá, é fruto de anotações e observações feitas ao longo dos dias e noites de campo, tenta expressar um pouco da experiência que tivemos no convívio com esses trabalhadores e trabalhadoras do projeto, que não hesitaram em nos contar e mostrar suas histórias e seus espaços de vida. Cada fotografia, cada fala gravada, cada anotação, abre um leque de situações, imaginações, impressões, possibilidades de novas ou de velhas discussões.